

**FACULDADE UNINA
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

HILDA GURESKI

OS DESAFIOS DA PESSOA IDOSA NO ENSINO SUPERIOR

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

CURITIBA

2022

HILDA GURESKI

OS DESAFIOS DA PESSOA IDOSA NO ENSINO SUPERIOR

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia, da Faculdade Unina.

Orientador: Prof. Me. Luis Gabriel Venancio Sousa

CURITIBA

2022

FACULDADE UNINA

ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos 06 de julho de dois mil e vinte e dois, reuniu-se a banca para a defesa do trabalho de conclusão de curso de Licenciatura em Pedagogia, da acadêmica Hilda Gureski intitulada: **OS DESAFIOS DA PESSOA IDOSA NO ENSINO SUPERIOR**. A banca examinadora, sob a presidência do Prof.º Me. Luis Gabriel Venancio Sousa, foi constituída pelos professores Profª. Ma. LEANDRA FELICIA MARTINS; Prof. Me. GUILHERME NATAN PAIANO DOS SANTOS. Após exposição oral, a candidata foi arguida pelos componentes que analisaram o trabalho e decidiram pela sua **APROVAÇÃO** com a nota **95**. Para constar foi lavrada a presente Ata que depois de lida e aprovada vai assinada pelo presidente da banca, membros da banca e a acadêmica.

Prof. Me. Luis Gabriel Venancio Sousa
Prof. Me. Orientador

BANCA
Profª. Ma. Leandra Felicia Martins

Banca
Prof. Me. Guilherme Natan Paiano dos Santos

Hilda Gureski

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus por ter me dado saúde e coragem para chegar até aqui.

Aos meus pais *“in memoriam”* pela vida.

Às minhas filhas, neta e demais familiares por ter me ajudado emocionalmente.

Ao Eros José Machado, meu marido, pelo carinho e apoio incondicional.

Aos meus amigos e colegas de turma pelo companheirismo.

Aos professores por seu trabalho, paciência e ensinamentos, com amor e carinho.

Ao meu orientador Prof. Me. Luis Gabriel Venancio Sousa, pela sabedoria com que me guiou nesta trajetória.

À Prof^a. Dr^a. Maria Tereza Costa pela credibilidade, incentivo, encorajamento e contribuição na minha escrita.

À amiga Vanessa dos Santos Rosa por seu carinho, paciência, ensinamentos e por sua grande dedicação humanitária.

Enfim, a todos e todas que, por algum motivo, contribuíram para a realização desta pesquisa e me ajudaram a vencer mais este desafio.

Todo jardim começa com uma história de amor, antes que qualquer árvore seja plantada ou um lago construído é preciso que eles tenham nascido dentro da alma.

Quem não planta jardim por dentro, não planta jardins por fora e nem passeia por eles... e não haverá borboletas se a vida não passar por longas e silenciosas metamorfoses.

(ALVES, Rubem, 1999)

RESUMO

Cada vez mais a população mundial vem envelhecendo. Nessa perspectiva, faz-se necessário repensar a forma como os idosos vem sendo tratados pela e na sociedade e um dos aspectos fundamentais é (re)pensar o processo educativo desses sujeitos. É inegável a real presença da pessoa idosa nas Instituições de Ensino Superior e, diante de tal fato, busca-se, por meio dessa pesquisa, responder a seguinte questão: Como a presença da pessoa idosa é estabelecida num curso de Ensino Superior de uma Faculdade privada do Sul do Brasil? Como objetivo geral, o presente trabalho visa investigar como se dá a inserção e a permanência da pessoa idosa em cursos do Ensino Superior. Os objetivos específicos são: a) identificar o acesso da pessoa idosa ao Ensino Superior, por meio de relato de experiência; b) delinear como se dá o processo de adaptação da pessoa idosa numa Instituição de Ensino Superior. A metodologia escolhida para o desenvolvimento do estudo tem por base relato de experiência, enquanto registro escrito de vivências da pesquisadora ingressa no Ensino Superior na terceira idade. O capítulo 1 apresenta uma breve discussão sobre a pessoa idosa no Ensino Superior. O capítulo 2 discorre sobre o relato de experiência da autora. Por fim, as considerações finais da pesquisa apresentam a trajetória da pesquisadora no Ensino Superior, ressaltando os desafios encontrados, mas, também, os apoios e esclarecimentos recebidos, fato este que suscitou a vontade de desenvolver um trabalho com estudantes da EJA para que estes se sintam, cada vez mais voltados a ingressar numa Faculdade.

Palavras-chave: Ensino Superior na 3ª idade. Envelhecimento e educação. Idoso e aprendizagem. Relato de experiência.

ABSTRACT

The world population is increasingly aging. From this perspective, it is necessary to rethink the way in which the elderly have been treated by and in society and one of the fundamental aspects is to (re)think the educational process of these subjects. The real presence of the elderly person in Higher Education Institutions is undeniable and, in view of this fact, we seek, through this research, to answer the following question: How the presence of the elderly person is established in a Higher Education course of a Faculty private in southern Brazil? As a general objective, the present work aims to investigate how the insertion and permanence of the elderly person in Higher Education courses takes place. The specific objectives are: a) to identify the elderly person's access to Higher Education, through an experience report; b) outline how the process of adaptation of the elderly person in a Higher Education Institution takes place. The methodology chosen for the development of the study is based on an experience report, while a written record of the researcher's experiences entering Higher Education in the third age. Chapter 1 presents a brief discussion about the elderly in Higher Education. Chapter 2 discusses the author's experience report. Finally, the final considerations of the research present the trajectory of the researcher in Higher Education, highlighting the challenges encountered, but also the support and

clarifications received, a fact that aroused the desire to develop a work with EJA students so that they could become feel, increasingly focused on entering a Faculty.

Keywords: Higher Education in the 3rd age. Aging and education. Elderly and learning. Experience report.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. BREVE DISCUSSÃO SOBRE A PESSOA IDOSA NO ENSINO SUPERIOR... 18	18
2. O CURSO SUPERIOR E O INÍCIO APÓS 60 ANOS DE IDADE: RELATO DE EXPERIÊNCIA	23
CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
REFERÊNCIAS.....	31

INTRODUÇÃO

Cada vez mais a população mundial vem envelhecendo. Segundo a Organização Pan-Americana de Saúde/Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS, 2005), até 2050, um quinto da população mundial terá idade superior a 60 anos. Nessa perspectiva, é necessário que repensemos a forma como o idoso vem sendo tratado pela e na sociedade e um dos aspectos fundamentais é (re)pensar o processo educativo dos idosos.

Segundo Palma (2000), os idosos vivem em diferentes ambientes sociais. Alguns se encontram em excelentes condições de moradia e bem-estar social, enquanto outros vivem fragilizados pelas situações sociais, além de não terem o mínimo para sua sobrevivência. Diante desses fatores, o Ensino Superior tem se tornado um caminho para que os idosos possam ampliar seus conhecimentos e sentir-se úteis, com a oportunidade, inclusive, de buscar uma nova inserção no mercado de trabalho.

Ademais, a importância da vida em sociedade é indiscutível e por isso surge, então, um novo perfil do idoso ocupando espaços educativos e, também, lutando pelos seus direitos e cidadania.

Viver em grupo possibilita aprender formas de comunicação e regras para convívio, autoconhecimento e ampliação do conhecimento de mundo, bem como a construção da própria identidade. Também permite que, dentre tantos contatos sociais com diversas faixas etárias, seja possível selecionar aqueles que garantem as experiências emocionais mais positivas. Segundo Erbolato (2006) *in* Cachioni; Aguilar (2008), embora na velhice já tenham sido aprendidas muitas das habilidades necessárias ao bem viver, o contato social continua relevante, pois, também, nessa fase, os outros representam uma potencial fonte de segurança, de amor, de sentimentos de pertencimento, além de parâmetros para o indivíduo avaliar a adequação de seus comportamentos, sentimentos e aprendizagens.

Entender o relacionamento e o convívio entre gerações no âmbito social e educacional é fundamental para promover discussões e questionamentos sobre padrões preestabelecidos socialmente, compreender o comportamento das pessoas, como elas pensam e por que agem desta ou daquela maneira, e assim refletir sobre atitudes, comportamentos e, principalmente, tentar rever, em conjunto, as crenças e os valores referentes ao envelhecimento.

No convívio entre diferentes gerações, nos diversos espaços sociais, ricas trocas de experiências são estabelecidas. No tocante às gerações mais velhas, a experiência histórica da terceira idade diz respeito à sociedade inteira, em busca de novos equilíbrios entre os tempos sociais e as gerações. As pessoas idosas já não são apenas as guardiãs da memória coletiva das instituições, são, também, criadoras de uma nova história que interessa a todas as gerações e as relações entre elas.

Para França e Soares (1997), a importância da participação do idoso em atividades intergeracionais não se restringe à oportunidade de ser doador e receptor de serviços, mas reside, também, no resgate da autoestima, em atualização e reciclagem e na valorização e reconhecimento de si mesmo como ser integrado, integrador e participativo da sociedade.

Foner (2000) *in* Cachioni; Aguilar (2008) salienta que oportunidades intergeracionais podem trazer grandes benefícios aos jovens e aos mais velhos, os quais aprenderão juntos, por meio da experiência, os processos reflexivos ou, simplesmente, ao conviverem e se assistirem mutuamente.

Autores como Krout e Wasyliv (2000) *in* Cachioni; Aguilar (2008) sugerem que o caminho para a quebra de preconceitos em relação à velhice é o da educação, por meio do contato e da convivência entre as gerações. Creem que a antiga concepção de educação, concebida como ação das velhas gerações sobre as novas, vem sendo modificada. As rápidas mudanças dos estilos de trabalho e de vida, acompanhadas por um aumento de autonomia das novas e velhas gerações, tendem a fazer da educação uma coeducação entre as gerações, alternadamente imposta e voluntária, e uma contribuição para a autoformação permanente de cada um.

O idoso busca, por meio da educação, quando ingressa em uma Instituição de Ensino Superior, sua chance de participar ativamente do processo de aquisição de novos conhecimentos, contribuir para a construção de uma nova cultura a partir da bagagem de experiências adquiridas nos anos vividos e sentir-se inserido na sociedade, conforme salienta Tavares (2008).

Um dos grandes desafios do século XXI é a (re)inserção do idoso no sistema educacional, especialmente para as políticas públicas do Ensino Superior. Para a efetivação de uma política pública, no país, que atenda aos interesses e às necessidades dos idosos, é necessária a participação do Estado e de toda a sociedade, numa atitude consciente, ética e cidadã, que valorize o envelhecimento ativo.

Nesse sentido, temos no Brasil, algumas políticas públicas que visam garantir o direito da pessoa idosa, as quais tiveram início em 1988, com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988) que continha, inicialmente, uma visão negativa da velhice e primava apenas pela proteção do idoso. Com o passar dos anos, algumas outras leis foram promulgadas, como: a Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que dispõe sobre Política Nacional do Idoso (PNI), cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências e na Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, trazendo novas perspectivas para o envelhecimento.

Em meio a tantas políticas públicas voltadas para a pessoa idosa, bem como a mudança de visão da sociedade sobre o idoso, ecoa que muitos idosos que não tiveram acesso durante sua juventude buscam esse acesso agora. Também há idosos que sonhavam com outras profissões e, agora, aposentados e com condições financeiras melhores, optaram por seguir seu sonho e realizar o curso que almejavam.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº. 9394/96, promulgada em 20 de dezembro de 1996, não oferece pistas de inclusão da população idosa que, não necessariamente, está em busca de alfabetização ou de qualificação profissional, mas muito mais de conhecimentos que façam brilhar a sua interação com o mundo contemporâneo, a sua compreensão deste mundo e uma melhor vivência de sua velhice.

O que se observa no Brasil, desde a década de 70, são as iniciativas das Universidades Públicas Estaduais e Federais e, também de instituições privadas, denominadas “Universidades Abertas à Terceira Idade”, que criaram cursos livres e programas voltados às questões culturais, sociais e de saúde, específicas para o público idoso, embora não formais de educação.

Sendo assim, é inegável a real presença da pessoa idosa nas Instituições de Ensino Superior e, diante dessa nova perspectiva, busca-se, por meio da pesquisa realizada, responder a seguinte questão: Como a presença da pessoa idosa é estabelecida num curso de ensino superior, de uma Faculdade privada do Sul do Brasil?

O desafio exposto justifica a escolha do tema, o qual surgiu da minha trajetória pessoal, ao ingressar no Ensino Superior com mais de 60 anos. Percebo que o número de pessoas nessa faixa etária, frequentando o Ensino Superior, tem aumentado.

Percebo também que as dificuldades enfrentadas por esses estudantes não são as mesmas enfrentadas pelos mais jovens que frequentam uma faculdade. Assim, surgiu o interesse em saber como se dá a trajetória da pessoa idosa no Ensino Superior.

A esse respeito, Carmo (2007) compreende que o idoso que ocupa lugares educativos tem um perfil diferenciado, visto ser um grupo de pessoas que lutam por seu reconhecimento e seu espaço, além de buscar a garantia da sua cidadania e de ocupar, na faculdade, seu lugar social.

Para D'Alencar (2002), o idoso no Ensino Superior indica a importância de uma reconstrução desse espaço para atender tal demanda, não apenas em nível prático, mas, principalmente, em nível conceitual, visto que esses indivíduos necessitam de algumas especificidades no seu atendimento.

Assim, a presença da pessoa idosa vem sendo objeto de pesquisa em diversos aspectos, pois cada vez mais essa demanda tem aumentado. Os idosos buscam, muitas vezes, retomar oportunidades perdidas durante a juventude. Isto se reflete no acesso ao Ensino Superior que anteriormente era muito mais difícil e elitizado.

Como **objetivo geral**, o presente trabalho visa investigar como se dá a inserção e a permanência da pessoa idosa em cursos do Ensino Superior. Os **objetivos específicos** são: a) identificar o acesso da pessoa idosa ao Ensino Superior, por meio de relato de experiência; b) delinear como se dá o processo de adaptação da pessoa idosa numa Instituição de Ensino Superior.

A metodologia escolhida para o desenvolvimento do estudo tem por base relato de experiência, enquanto registro escrito de vivências da pesquisadora ingressa no Ensino Superior na terceira idade.

Relato de experiência é um texto que descreve uma dada experiência que possa contribuir, de forma relevante, para determinada área de atuação. Conforme Demo (2011),

A construção do conhecimento científico organiza-se numa multiplicidade, permanentemente desafiada a elaborar modos de leituras sobre a realidade, envolvendo ideologias, metodologias, interações dialógicas entre sujeitos, contextos e pesquisadores, além de concepções sociopolíticas e históricas. (Demo, 2011).

Assim sendo, esse trabalho se organiza de maneira a apresentar relato de experiência, enquanto possibilidades narrativas que evidenciem a trajetória de uma estudante do Ensino Superior com ingresso e permanência após a idade de sessenta anos.

O relatado aqui evidencia experiências da autora, vinculadas ao curso de Pedagogia da Faculdade Unina. Para fundamentar o estudo, autores como Palma (2000), Erbolato (2006), França e Soares (1997), Foner (2000), Krout e Wasyliv (2000), Tavares (2008), Carmo (2007) e D'Alencar (2002) serviram de base, agregando outras leituras sobre o tema.

Além da base teórica, buscou-se apoio na Organização Pan-Americana de Saúde/Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS, 2005), na Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988), na Lei nº 8.842 (BRASIL, 1994) e na Lei nº 10.741 (BRASIL, 2003), com respaldo na LDB (1996).

Nas próximas seções, apresentamos a pesquisa propriamente dita: no capítulo 1, propomos uma breve discussão sobre a pessoa no Ensino Superior; no capítulo 2, o relato de experiência; por fim, as considerações finais da pesquisa.

1. BREVE DISCUSSÃO SOBRE A PESSOA IDOSA NO ENSINO SUPERIOR

O idoso tem importante papel constituinte na sociedade. Sua figura remete à experiência. No entanto, como saber quando a velhice chegou, dado os múltiplos fatores que podem ser observados pela passagem do tempo na vida do ser humano. Afinal, as mudanças sociais, a tecnologia empregada na saúde e transformações de conceitos, implicam na provocação de uma maior observação para uma adequação que atenda e acolha esse idoso, resguardando seus direitos, dignidade e integração na sociedade.

Conforme Bolsanello (2013), dados do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2021, dos 210 milhões brasileiros, 37,7 milhões eram pessoas idosas, as quais são consideradas as que têm 60 anos ou mais. Em termos percentuais, significa que 18% da população brasileira era composta por idosos. Neste sentido, é fundamental que o debate sobre essa categoria seja colocado no âmbito das relações sociais, visto que se percebe um crescimento da população com idade cada vez mais velha e que, portanto, necessita de ações sociais e estatais específicas (BOLSANELLO, 2013).

Ainda para o autor anteriormente citado, falar de envelhecimento é discorrer sobre a ideia de vida, uma vez que envelhecemos a partir de nosso nascimento, sendo este um curso natural da vida. Entretanto, Bolsanello e Bolsanello (2013) reconhecem que envelhecer é também um processo psicológico, posto que, o ser humano envelhece com ou sem atividades, independentemente da idade, contudo, não se deve esquecer da necessidade de qualidade de vida.

No contexto de estabelecer um papel para o idoso nas relações sociais, Goldman (2013) indica que nem sempre esse processo ocorre por meio da inclusão. Para o autor, por vezes, ocorre pela segregação que se estabelece em uma contradição agravada por fatores culturais que idolatram o moderno, o novo, o jovem, e ridicularizam o antigo e o velho. Desse modo, alguns idosos que ingressam no Ensino Superior são excluídos por seus colegas de turma ou não conseguem acompanhar o ritmo das aulas devido o hiato nos estudos.

De acordo com Peres (2010),

Comparativamente às outras faixas etárias, nota-se que a dos idosos é a que mais necessitaria de ações do governo na esfera da educação, uma vez que é a mais prejudicada pelo

que podemos chamar de “exclusão educacional”. Contudo, os idosos são exatamente o único grupo etário da população que não é assistido pelo Poder Público nas políticas educacionais hoje vigentes (PERES, 2010, p. 227).

Esta exclusão se confirma ao analisarmos o número de idosos do nosso país e a presença deles no Ensino Superior, representada por, aproximadamente, 0,57% das matrículas. Com isso, é urgente dialogar para ter políticas públicas que sejam efetivas e pensar em estratégias educacionais adequadas para esse público geracional, que está cada vez mais presente no cenário social e educacional (REIS *et al*, 2018).

Neste sentido, é fundamental refletir sobre a inclusão da pessoa idosa no curso superior, pois é um direito, mas que não está sendo exercido na prática. O texto da Constituição de 1988, chamada de Constituição Cidadã, incluiu expressamente o amparo ao idoso no Brasil assentando dispositivos que foram adquiridos durante um longo processo de luta de grupos sociais de idosos e organizações governamentais e particulares especialistas no assunto, que buscavam direitos e cidadania para a pessoa idosa.

Em coerência aos dispositivos constitucionais foi instituída, em 2003, a Lei nº. 10.741, de 1º de outubro de 2003 - o Estatuto do Idoso, ferramenta que esclarece que a família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar seus idosos, garantindo sua participação na sociedade, primando pela sua dignidade e seu bem-estar. No Brasil, para efeitos legais, a pessoa idosa é aquela com idade igual ou maior a 60 (sessenta) anos.

Não obstante, a partir da sinalização no texto constitucional de 1988, de como deverá ser conduzida a política nacional da 3ª idade no nosso país, muitas leis infraconstitucionais foram sendo desenvolvidas para regulamentar e especificar essa condução de projetos e definições que abarcassem os princípios contidos na carta magna. Vale destacar, pois, que isso foi resultado de uma mobilização social diretamente influenciada por idosos dos anos 70, participando, inclusive, ativamente da Constituinte brasileira.

Segundo Freire (2003), o discurso do envelhecimento ativo é produto das crescentes preocupações governamentais sobre o financiamento de cuidados de saúde e serviços sociais para populações em envelhecimento. Ao mesmo tempo, a autora faz uma reflexão a respeito da mudança positiva nas atitudes sociais em relação à velhice. Indica como de grande importância que a velhice seja entendida não como um período

de 'déficits', e sim como um período em que outras competências podem ser desenvolvidas a partir de novos conhecimentos, ou seja, um período de novas oportunidades que podem gerar bem-estar. Para a autora, a conquista desses novos recursos psicológicos e cognitivos contribuem para o enfrentamento de novos desafios que podem surgir ao longo da vida.

Por sua vez, a Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que instituiu a Política Nacional do Idoso (PNI), regulamentada pelo Decreto nº 1.948/96, criou o Conselho Nacional do Idoso, com princípios que asseguram à cidadania em família, na sociedade, com a figura do Estado garantidor em sua defesa e na busca do bem-estar e qualidade de vida.

Dentre outros pontos, a lei em questão buscou disciplinar direitos sociais, promover a autonomia, integração e a participação ativa da pessoa idosa na sociedade, desenvolvendo estratégias, planos e diretrizes de descentralização de suas ações, incluindo estados e municípios no engajamento junto com o Estado e entidades particulares (BRASIL, 2017).

A Organização Pan-Americana de Saúde/Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS, 2005) endossou a Estrutura de Envelhecimento Ativo¹, influenciando políticas e práticas de envelhecimento em todo o mundo e chamou a atenção do público para as novas oportunidades e desafios que o envelhecimento global traz para indivíduos e sociedades (OPAS/OMS, 2005).

A estrutura do envelhecimento ativo defende a otimização de oportunidades para saúde, participação e segurança - três determinantes principais da qualidade de vida futura. Também defende o reconhecimento da saúde física, da saúde mental e das conexões sociais como elementos igualmente importantes (OPAS/OMS, 2005).

Contudo, Nery (2013) alerta que a ideia de ser ativo para uma boa velhice não é nova. No entanto, o princípio da estrutura de envelhecimento ativo da OPAS/OMS (2005) difere da teoria da atividade tradicional que foi criticada por sua expectativa irreal de que os adultos mais velhos podem manter os mesmos níveis de atividade que faziam na meia-idade, negando o início da velhice.

Ainda para Nery (2013), a estrutura do envelhecimento ativo defende uma abordagem mais ampla, que define 'ser ativo' como continuar a se envolver em

¹ **Envelhecimento Ativo** é o processo de otimização das oportunidades de saúde, participação e segurança, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida à medida que as pessoas ficam mais velhas. O **envelhecimento ativo** aplica-se tanto a indivíduos quanto a grupos populacionais.

qualquer atividade social, econômica, cultural ou cívica ao nível da capacidade. O autor defende que a ideia é abraçar não apenas o direito e a responsabilidade do indivíduo de permanecer ativo, mas também a responsabilidade do governo de criar um sistema social e um ambiente comunitário amigáveis ao idoso.

Nery (2013) ainda aponta que, conseqüentemente, em teoria, a estrutura exige que todos os níveis de governo tomem medidas para garantir oportunidades para que todos os adultos mais velhos, especialmente aqueles mais vulneráveis, permaneçam envolvidos, saudáveis e seguros

Apesar disso, cabe lembrar que a Lei 10.741/2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências, em seu art. 20, versa que, “O idoso tem direito a educação, cultura, esporte, lazer, diversões, espetáculos, produtos e serviços que respeitem sua peculiar condição de idade”.

Contudo, buscando a consagração da isonomia em seu sentido material, o art. 21 dispõe que:

O Poder Público criará oportunidades de acesso do idoso à educação, adequando currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais a ele destinados. § 1º Os cursos especiais para idosos incluirão conteúdo relativo às técnicas de comunicação, computação e demais avanços tecnológicos, para sua integração à vida moderna. § 2º Os idosos participarão das comemorações de caráter cívico ou cultural, para transmissão de conhecimentos e vivências às demais gerações, no sentido da preservação da memória e da identidade culturais (BRASIL, 2003).

Ademais, no art. 22, versa que “Nos currículos mínimos dos diversos níveis de ensino formal serão inseridos conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, ao respeito e à valorização do idoso, de forma a eliminar o preconceito e a produzir conhecimentos sobre a matéria”. (BRASIL, 2003).

No planejamento e no desenvolvimento do Ensino Superior, é necessário compreender os principais fatores que afetam as decisões dos estudantes idosos ao concluírem a Educação Básica sobre a continuação do ensino superior. Nesse sentido, o art. 25, dispõe:

Art. 25. As instituições de educação superior ofertarão às pessoas idosas, na perspectiva da educação ao longo da vida, cursos e programas de extensão, presenciais ou a distância, constituídos por atividades formais e não formais. Parágrafo único. O poder público apoiará a criação de universidade aberta para as pessoas idosas e incentivará a publicação de livros e periódicos, de conteúdo e padrão

editorial adequados ao idoso, que facilitem a leitura, considerada a natural redução da capacidade visual (BRASIL, 2003).

Dado o contexto de envelhecimento global, torna-se importante ressaltar que as políticas públicas devem levar em consideração determinados efeitos da aprendizagem que, mesmo podendo ser invisíveis, desempenham um papel importante na manutenção da autonomia, saúde e qualidade de vida dos idosos, contribuindo para o seu bem-estar psicológico.

Novaes (2001) considera que os formuladores de políticas em todos os níveis de governo devem focar nos programas de aprendizagem ao longo da vida, como uma estratégia necessária e econômica para promover o bem-estar e a saúde, e desenvolver programas de aprendizagem na terceira idade mais acessíveis e diversificados para atingir o objetivo do envelhecimento ativo para todos. Para o autor, é fundamental a criação de uma sociedade ativa e solidária que envelhece, logo, isso se torna responsabilidade tanto dos indivíduos quanto dos governos.

Outro aspecto discutido por Novaes (2001) está relacionado às mudanças demográficas ocorridas na sociedade brasileira, e o papel desempenhado pela instituição de ensino conhecida como Universidade da Terceira Idade. Concretizando a ideia de aprendizagem ao longo da vida, o autor considera que tais instituições constituem um espaço importante que permite, aos participantes, vivenciarem uma melhor qualidade de vida.

Torna-se evidente, portanto, que a participação do idoso em cursos do Ensino Superior é significativamente saudável, uma vez que permite a este grupo de pessoas, vivenciarem a vida a partir de novas perspectivas, sentindo-se parte de uma sociedade que continua caminhando, evoluindo e acreditando nas possibilidades de evoluir junto, o que aumenta, consideravelmente, sua autoestima.

Com o propósito de apresentar pontos relevantes de sua participação no Ensino Superior após 60 anos de idade, a autora deste trabalho faz um relato que evidencia o quanto sua experiência foi construtiva, gratificante e viável, muito embora considere que os desafios enfrentados foram, inicialmente, assustadores, mas que ao longo do tempo, se transformaram em veículos destinados ao encontro de soluções.

Espera-se que, cada vez mais, o universo acadêmico se torne não só, um espaço de multiplicação e geração de conhecimentos, mas também um espaço acolhedor voltado a impulsionar, cada vez mais, a participação de pessoas da 3ª idade.

2. O CURSO SUPERIOR E O INÍCIO APÓS 60 ANOS DE IDADE: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Este capítulo apresenta um relato de experiência de uma pessoa da terceira idade que ingressou no Ensino Superior após 65 anos de idade. No sentido de responder aos objetivos propostos, esta seção discorre sobre o acesso da pessoa idosa nesta modalidade de ensino, bem como apresenta aspectos que foram significativos no processo de adaptação nessa nova realidade de estudo.

Em seu relato de experiência, a autora coloca que sempre teve, como um grande sonho de sua vida, o desejo de estudar, sonho este que foi prorrogado para a terceira idade em função de uma série de situações que se fizeram presentes em sua vida e que não lhe permitiram traçar o caminho almejado dentro do tempo esperado. Ainda assim, conquistar o direito do ingresso em uma Faculdade foi maravilhoso, mas, ao mesmo tempo, desafiador, uma vez que esse processo trouxe muitas dúvidas, medo do desconhecido, dificuldades inerentes à faixa etária, à lacuna existente no transcorrer de sua vida estudantil, o formato do próprio curso e a maneira como o mesmo era desenvolvido, a diferença de idade entre os estudantes e tantas outras preocupações surgidas ao longo do caminho, que quase a fizeram desistir.

No entanto, ao mesmo tempo em que os desafios apareciam e se tornavam imensos, houve um grande empenho por parte da própria instituição de ensino, de oferecer atendimento pedagógico e psicopedagógico que contribuíram, não só na minimização das dificuldades acadêmicas, mas, também, para um bom equilíbrio emocional, sem contar com o grande apoio recebido por parte de professores, familiares e colegas de turma, que foram significativamente fundamentais para a concretização de mais um importante sonho que era o de cursar uma faculdade, ao mesmo tempo em que demonstraram que a conquista deste sonho não precisava ser traumática.

Assim sendo, apresento este relato de experiência reforçando que o objetivo da minha² vida, desde muito cedo, foi estudar. Com 7 anos, em uma pequena cidade do interior do Paraná, sem escola próxima a minha casa, iniciei meus estudos, os quais foram interrompidos no 3º ano primário. Voltei a estudar somente quando adulta,

²Nesta seção, por se tratar de um relato de experiência da pesquisadora, utilizo a primeira pessoa do singular.

ao me mudar para a cidade grande, ainda assim, com várias interrupções devido à necessidade de trabalhar, ao casamento e à chegada das filhas. Após minha aposentadoria e mais 18 anos de trabalho, com as filhas já crescidas, voltei aos bancos escolares, concluindo o ensino fundamental e o ensino médio por meio da Educação de Jovens e Adultos (EJA), o que me permitiu ingressar no ensino superior com 65 anos de idade. Portanto, minhas chances foram intercaladas por vários desafios.

Ao ingressar no Ensino Superior, fiquei com muitas dúvidas devido ao tempo que passei longe da sala de aula. Foi muito difícil para eu decidir ingressar na faculdade. Medo do que iria encontrar pelo caminho durante os quatro anos de formação e se iria aguentar, achando sempre que seria muito difícil.

As dificuldades foram aparecendo já ao longo do meu 1º ano, uma vez que eu não estava acostumada com a rotina do ensino superior. Muitas matérias, muitos professores, pouco tempo de aulas por disciplina e muitos trabalhos acadêmicos, gerando uma grande ansiedade e uma sensação de que não seria possível atender a todas essas exigências. No entanto, a Faculdade Unina disponibilizou um programa de psicopedagogia, destinado a dar atenção especial aos estudantes, cada um deles com diferentes tipos de dificuldades de aprendizagem. Esse programa representou um grande suporte acadêmico e emocional, me devolvendo a autoestima, a esperança e a credibilidade em mim mesma para dar continuidade ao processo.

Além do atendimento pedagógico e psicopedagógico tive, também, professores maravilhosos, pacientes e muito comprometidos, apresentando os conteúdos de maneira clara, objetiva e consistente, nos permitindo caminhar com segurança frente aos desafios que iam aparecendo. Portanto, acredito que ingressar no ensino superior após 60 anos de idade não precisa ser traumático, não precisa ser dolorido, pois nesta fase da vida, quando muitos se sentem envelhecidos para coisas novas, podemos viver momentos desafiadores, mas prazerosos, desde que possamos receber os apoios necessários.

Conforme Menezes (2019), o envelhecer não precisa ser uma fase de desesperança, mas um tempo para resgatar sonhos e rever os projetos de vida, principalmente o de cursar o ensino superior. Esta fase estudantil é uma oportunidade para a pessoa idosa compartilhar suas experiências e conhecimentos adquiridos ao

longo da vida e desenvolver habilidades e competências, além de ser uma maneira de criar círculos de amizade em um ambiente cultural enriquecedor.

De acordo com as pesquisas de Reis, Meira e Moitinho (2018), a possibilidade da frequência de uma pessoa idosa a uma universidade, torna-se uma maneira desta se realizar e de valorização profissional, pessoal e respeito social. O meio acadêmico é uma maneira de adquirir novos conhecimentos e articulá-los com suas experiências de vida.

Ainda, conforme Reis, Meira e Moitinho (2018, p. 365-366), “A entrada no ensino superior contribui para escolhas mais significativas, as quais podem reconstruir a representação da realidade social do idoso. Isso é a valorização da pessoa por meio do ensino superior (...).”

Voltando ao relato, os primeiros dias registraram uma experiência muito ruim, muitas novidades, colegas de olhar estranho, situação que fui superando aos pouquinhos em função de minha trajetória de vida construída nos lugares por onde passei durante minha jornada.

Segundo Menezes,

É com muita dor que os idosos lidam com o fato de não serem aceitos em muitas universidades por conta da idade, e; é com a dor de quem sofre discriminação e preconceito, dor que muitas vezes passa a pautar a própria vida. A instituição precisa saber que dói, e que as políticas públicas são de direito, porque é esse o paradigma. E, principalmente, por que foram conquistadas por pessoas que sofreram a dor do preconceito e da discriminação; seja a política de cotas raciais ou as políticas públicas de inclusão educacional, elas nada mais são do que a obrigação do poder público para com aqueles historicamente discriminados (MENEZES, 2019, p. 7),

Diante do exposto por Menezes, é importante ressaltar que também tive muitos medos, muita angústia, sofri discriminação por parte de alguns colegas e, em muitos momentos, tive um desejo enorme de voltar para casa e nunca mais encontrar o caminho que me levava à faculdade.

No entanto, com o passar do tempo, meus medos e minhas dúvidas começaram a ficar para trás, uma vez que novas situações como apoios, trocas de experiências, leituras, novas aprendizagens, pesquisas e contato com novos saberes, foram fazendo parte do meu cotidiano, diminuindo, cada vez mais, as dificuldades que ainda apareciam. Encontrei, na minha convivência estudantil, pessoas maravilhosas

que me auxiliaram muito nas tarefas do dia a dia, ocasião em que me foi possível viver experiências mais saudáveis. Até mesmo os textos que tive a oportunidade de ler foram muito interessantes e de fácil compreensão, tirando o meu medo de não entender o que estava lendo.

Mesmo vivendo experiências muito boas, nem tudo eram flores. Tive muita dificuldade com a informática. Até então, eu não tinha feito uso do computador durante todos os meus anos de trabalho. No entanto, com apoio de familiares, colegas de turma que apareceram como anjos do bem, suporte da instituição e com a autoestima mais elevada, fui ganhando, pouco a pouco, confiança e novas habilidades.

Cada fim de semestre era um alívio, mas, ao mesmo tempo, uma grande dúvida de como seria o próximo semestre, mais complicado ou mais fácil? Persistia sempre aquela velha dúvida se continuava ou se desistia do estudo.

Nesse sentido, conforme a pesquisa feita por Reis *et al* (2018), para a permanência dos idosos no ensino superior, é essencial o suporte e incentivo das pessoas que estão à sua volta e que os amam, principalmente, como já mencionado, familiares, colegas, professores e instituição. Esse apoio encoraja-os e fortalece sua autoestima para enfrentar os desafios do meio acadêmico. Não só o apoio das pessoas próximas faz a diferença na vida acadêmica do idoso, mas, também, da equipe pedagógica, sendo essencial um olhar acolhedor para que esse público se sinta pertencente a um curso superior.

De acordo com Menezes,

(...) além da convivência, o pensar, o fazer e o aprender que favorecem o bem-estar, apresentar a educação permanente como norteadora da proposta pedagógica de programas para idosos como referencial para a prática docente, uma proposta pedagógica de educação permanente direcionada a adultos maduros e idosos, mas que pode abranger todas as idades, no processo de indagar e refletir acerca de sua própria realidade para descrevê-la e explicá-la, gerar conhecimento e atuar sobre ela. Isso porque, à medida que o homem reflete sobre o seu contexto e responde aos seus desafios, ele se compromete, cria cultura, constrói a si mesmo e se torna sujeito (MENEZES, 2019, p. 4).

Um novo grande desafio surgiu quando começaram os estágios obrigatórios. Minha primeira experiência nesse novo momento acadêmico foi na Educação Infantil. Que maravilha. Todas as barreiras caíram. O acolhimento das crianças transformou-se em um combustível essencial na superação dos medos e angústias, me mostrando que é possível conviver com o novo sem sofrimento, mas com sabedoria e ações que

nos levem a atingir o que nos foi proposto. Pude perceber que estar no universo das crianças é partilhar brincadeiras, informações, conhecimentos e, sem dúvida, um mundo de relações humanas. Gostei muito dessa experiência. Amei estar com as crianças que sempre apresentavam muita carência afetiva, pedindo colo e me chamando de vovó.

As boas experiências continuavam a reafirmar que eu, depois de muito tempo, estava no lugar certo. Algumas matérias fizeram com que eu sentisse muita emoção e, ao mesmo tempo, um pouco de tristeza. Tive acesso a conhecimentos que me permitiram entender que chegaram muito tarde, por eu ter um irmão com deficiência e não ter tido a oportunidade de ajudá-lo um pouco mais quando ele era pequeno, quando não teve direito a uma socialização adequada. Meu irmão vivenciou, ao entrar na escola, situações de preconceito que o fizeram desistir de frequentar aquele ambiente. A exclusão era evidente, situação em que, infelizmente, ainda vivenciamos. Pessoas diferentes, sejam elas com necessidades especiais ou não, ainda sofrem situações de exclusão, segregação, descrédito e desvalorização do seu potencial, mesmo que, em muitas situações esta realidade venha sendo gradativamente enfrentada. Respeitar e atender adequadamente a diferença ainda é um grande desafio. Tudo o que aprendi na faculdade e a experiência que tive e tenho com meu irmão me permite entender que hoje, mesmo na 3ª. Idade, estou um pouco mais preparada para situações como a que aqui relatei.

Nesse sentido, o meio acadêmico torna-se significativo para que todos os estudantes de 3º grau, inclusive os idosos, possam ampliar sua visão crítica e consigam fazer importantes reflexões sobre o seu meio e suas vivências. Assim, conforme Menezes (2019) ampliam o seu nível de consciência, o que lhes permite pensar em maneiras de resolver ou interferir nos problemas que afetam o meio em que vivem.

Diante das várias contribuições que recebi durante os quatro anos de estudos, tenho certeza de que fui contemplada com momentos muito bons, de muito aprendizado e crescimento pessoal. Sonho conquistado.

Para concretizar ainda mais a conquista dos sonhos, mesmo com 68 anos de idade, tenho como meta trabalhar com estudantes que retornam aos bancos escolares depois de muitos anos longe deste universo. A Educação de Jovens e Adultos (EJA) se destaca como um caminho possível para este fim, uma vez que é formada por uma

demanda de pessoas que precisa, não só da parte pedagógica, mas também de um trabalho de esclarecimentos de direitos, de incentivo e, principalmente, de acolhimento, para que se percebam capazes e merecedoras de ingressar e permanecer no Ensino Superior até a conclusão do curso escolhido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho destaca o relato de experiências de uma estudante da 3ª idade no Ensino Superior, o qual tem se tornado um caminho de ampliação de conhecimentos para o público desta faixa etária, bem como meio para buscar uma nova inserção no mercado de trabalho.

A escolha do tema surgiu da trajetória pessoal da pesquisadora que, após muitos períodos sem possibilidade de estudar em função de razões diversas, só conseguiu fazê-lo após a sua aposentadoria, ingressando no Ensino Superior com mais de 65 anos de idade.

Importante ressaltar que esse retorno aos estudos foi prazeroso, mas, ao mesmo tempo, desafiador. As dificuldades começaram a aparecer já nos primeiros dias do 1º ano, com muitas novidades, colegas de olhar estranho, rotina desconhecida, muitas matérias, muitos professores, pouco tempo de aulas por disciplina, muitos trabalhos acadêmicos e desconhecimento ou pouca habilidade no uso da informática, gerando uma grande ansiedade e uma sensação de que não seria possível atender a todas as exigências, além da convivência com estudantes de diferentes idades, diferentes processos de formação e diferentes contextos sociais, situações estas que foram sendo superadas aos poucos.

A presença de professores comprometidos, apresentando os conteúdos de maneira clara, objetiva e consistente, permitiu um caminhar com mais segurança frente aos desafios que iam aparecendo. Contar com colegas atenciosos e parceiros também foi fundamental, bem como a disponibilidade, por parte da faculdade, de um programa psicopedagógico para apoio aos estudantes com dificuldades de aprendizagem, o que possibilitou à pesquisadora acreditar que a conclusão do curso seria possível e dar continuidade ao processo. As várias contribuições recebidas durante os quatro anos de estudos resultaram em momentos muito bons, de muito aprendizado e crescimento pessoal.

No entanto, foi possível perceber dificuldades que são enfrentadas por estudantes da 3ª idade, as quais são diferentes daquelas enfrentadas pelos mais jovens, uma vez que o idoso tem um perfil diferenciado, indicando a necessidade da reconstrução desse espaço acadêmico para atender a todas as demandas.

Enquanto desenvolvia o texto aqui apresentado, a pesquisadora concluiu que ainda são poucos os estudantes da terceira idade que frequentam o Ensino Superior. Este fato sugere a necessidade de mais políticas públicas, de ações de incentivo e de exercício de direitos, de informações pertinentes que possibilitem o aumento do público aqui destacado, bem como pensar em estratégias educacionais que favoreçam, não só o ingresso, mas também a permanência, com sucesso, deste público.

Vale ressaltar que a pesquisadora tem como meta trabalhar com estudantes da EJA, demanda esta que se iguala aos passos pelos quais ela mesma transitou. Ressalta ainda a importância de, além da parte pedagógica, destinar a esse público um trabalho que esclareça sobre seus direitos, bem como o desenvolvimento de um processo de acolhimento e incentivo para que se sintam capazes e merecedores de atingir, ao máximo, as suas potencialidades.

Diante de todo o exposto, é fundamental refletir sobre a inclusão da pessoa idosa no Ensino Superior, pois é um direito pouco exercido na prática.

Espera-se que este trabalho possa contribuir com outras pesquisas referentes à população idosa que pretende dar continuidade aos seus estudos.

REFERÊNCIAS

BOLSANELLO, A.; BOLSANELLO, M. A. Conselho: **Análise do comportamento humano em psicologia**. Curitiba: Educacional Brasil, 2013.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 08/03/2022

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Lei 8.842 de 04 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a **Política Nacional do Idoso**. Cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, 1994. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8842.htm. Acesso em 06/03/2022.

_____. Decreto nº. 1.948/96 de 03 de julho de 1996. Regulamenta a Lei 8.842, de 04/01/1994, que Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, e dá outras providências. Brasília, DF, 1996. Disponível em <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=1948&ano=1996&ato=40clzZE5EMJpWT3f7>. Acesso em 08/03/2022.

_____. Ministério da Educação. Lei nº 9394, 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre as **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 1996. Disponível em https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bas_es_1ed.pdf. Acesso em 05/03/2022.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Estatuto do Idoso**. Lei Federal nº. 10.741, de 1º de outubro de 2003. Diário Oficial da União. Brasília, DF. 2003. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm. Acesso em 07/03/2022.

CACHIONE, M.; AGUILAR, L. H. **A convivência com pessoas idosas em instituições de ensino superior**: a percepção de alunos da graduação e funcionários. Revista Kairós, São Paulo, jan/2008.

CARMO. P. C. C. S. et al. **Idoso Universitário**: uma inclusão possível numa sociedade contemporânea. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: Acesso em: 25 mar. 2022.

D'ALENCAR. R. S. **Ensinar a viver, ensinar a envelhecer**: desafios para a educação de idosos. Porto Alegre, v.4, p. 76, 2002. Disponível em: Acesso em: 25 mar. 2022.

DEMO, P. **Ensino superior no século XXI: direito de aprender.** Reflexões. 2006. Disponível em: <https://silo.tips/download/ensino-superior-no-seculo-xxi-direito-de-aprender-pedro-demo>. Acesso em 28/02/2022

DEMO, P. **Pesquisa: Princípio científico e educativo.** (14ª ed.). São Paulo: Cortez, 2011.

FRANÇA, L. H.; SOARES, N. E. **A importância das relações intergeracionais na quebra de preconceitos sobre a velhice.** In: Veras RP (Ed.). Terceira Idade: desafios para o terceiro milênio. Rio de Janeiro, BR: Editora Relume Dumará/Unati/UERJ, 1997.

FREIRE, S.A. (Orgs). **E por falar em boa velhice.** 2. ed. Campinas: Papyrus, 2003

GOLDMAN, S. N. **Proteção social e velhice: um desafio para o serviço social.** In: SOUZA, N. R. O. Q. *et al.* Política de assistência social no Brasil: desafios para o assistente social. Rio de Janeiro: Public Editora, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO E GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Dia Nacional do Idoso: conheça políticas públicas para essa população.** Brasil: Dia Nacional do Idoso: conheça políticas públicas para essa população. 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2021-10/dia-nacional-do-idoso-conheca-politicas-publicas-para-essa-populacao#:~:text=Publicado%20em%201%2F10%2F2021,t%C3%AAm%2060%20anos%20ou%20mais>. Acesso em 11 abril 2022

MENEZES, M. R. **A influência da inclusão da pessoa idosa: ensino superior e sua qualidade de vida.** 2019. Disponível em <http://revistacientifica.uaa.edu.py/index.php/rcuaa/article/view/563>. Acesso em 10 de abril de 2022.

NERY, A. L. (Org.). **Qualidade de vida e idade madura.** Campinas: Papyrus, 2013.

NOVAES, M. H. **Psicologia da terceira idade: conquistas possíveis e rupturas necessárias.** 5. Ed. Rio de Janeiro: NAU, 2001.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE/ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OPAS/OMS). **Envelhecimento ativo: uma política de saúde.** Trad. de Suzana Gontijo. Brasília: OPAS/OMS, 2005. Disponível em:

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/envelhecimento_ativo.pdf.

Acesso em: 26 mar. 2022.

PAIVA, Jane. **OS sentidos do direito à educação popular e educação de adultos.** 6 ed. Revista e ampliada. São Paulo: Loyola, 2013.

PALMA, L. T. S. **Educação permanente e qualidade de vida** – indicativos para uma velhice bem-sucedida. Passo Fundo: Editora UPF, 2000.

PERES, M. A. C. **A educação de jovens e adultos e o analfabetismo na velhice: Os idosos e a exclusão educacional.** Revista HISTEDBR On-Line, v. 10, n. 38, 2010.

REIS, S. M. A. O.; MEIRA, A. M. T.; MOITINHO, C. R. **História de vida de idosos no Ensino Superior: percursos inesperados de longevidade escolar.** Revista Exitus, v. 8, n. 3, 2018.

TAVARES, D. E. **A presença do aluno idoso no currículo da universidade contemporânea: uma leitura interdisciplinar.** 2008. 300 p. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2008.